
ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: UMA APRESENTAÇÃO

Maria Ceci Misoczky
Universidade Federal de São Carlos

Sumário: 1. Introdução; 2. O campo dos estudos críticos do discurso; 3. Estudos do discurso; 4. Análise crítica do discurso; 5. Considerações finais.

RESUMO

A análise de textos é apenas um dos vários recursos que ajudam a compreender processos sociais, dirigindo-se para a análise de como os atores produzem ou tecem textos através de relações entre seus elementos. A abordagem crítica do discurso, por sua vez, se caracteriza pela consideração das relações entre linguagem e sociedade, de modo a compreender as relações entre discurso, poder, dominação e desigualdades sociais. Os estudos críticos do discurso se vinculam ao projeto mais amplo de crítica do momento atual do capitalismo, por alguns chamado de globalização, economia global, economia ou sociedade do conhecimento, sociedade pós-industrial, entre outras generalizações que apontam para o surgimento de um tipo completamente novo de sociedade. Ou seja, o discurso é tratado apenas como um dos elementos das relações sociais, sempre consideradas na sua materialidade e a partir de uma atitude crítica. Neste artigo, se faz uma apresentação da análise crítica de discurso, por se entender que ela se constitui em uma importante vertente para a interpretação de textos, sempre em relação com seus contextos sociais.

Palavras-chave: Análise crítica de discurso, capitalismo tardio, procedimentos metodológicos.

ABSTRACT

The analysis of texts is just one of the many resources that contribute to the understanding of social processes. It is directed to the analysis of how social actors produce texts through the relation among their elements. The critical approach to discourse is characterized by the consideration of the relationship between language and society, in order to understand the connections between discourse, power, domination and social inequalities. Critical discourse studies are connected to a wider project of critique of the present moment of capitalism, named by some as globalization, global economy, knowledge society or economy, post-industrial society, among other generalizations which point to the emergence of a completely new type of society. Hence, discourse is considered as just another element of social relations, always considered in its materiality and accordingly to a critical attitude. In this article, we present the critical discourse analysis, because we consider it as an important perspective to the interpretation of texts, always considering their social contexts.

Key-words: Critical discourse analysis, late capitalism, methodological procedures.

1. INTRODUÇÃO

A análise de textos é apenas um dos vários recursos que ajudam a compreender processos sociais, dirigindo-se para a análise de como os atores produzem ou tecem textos através de relações entre seus elementos. É seletiva, no sentido de que são escolhidos alguns textos e feitas certas perguntas. Além disso, é um recurso mais efetivo se utilizado em conjunto com outros métodos de análise e em um contexto analítico. Trata-se, portanto, de um suplemento, não de um substituto para outras formas de pesquisa e análise social (Fairclough, 2003a).

A abordagem crítica do discurso, por sua vez, se caracteriza pela consideração das relações entre linguagem e sociedade, de modo a compreender as relações entre discurso, poder, dominação e desigualdades sociais (van Dijk, 1993).

Nas atividades de pesquisa que temos desenvolvido nos últimos anos, tem-se adotado a análise crítica de discurso (ACD) como um procedimento metodológico para compreender a produção social de políticas públicas. Nesta linha de trabalho a ACD é utilizada como instrumento que apóia a análise de interações entre atores sociais situados em campos de poder – a partir das formulações de Pierre Bourdieu (1996) e de Carlos Matus (1996). Estes dois autores compartilham a centralidade do poder – que está nas coisas e nos seres humanos, é estrutura e estruturante, está nas instituições e nas mentes, existe fisicamente, objetivamente e, segundo Bourdieu (1998), também simbolicamente. A estas concepções teóricas se agrega, como pano de fundo e atitude orientadora, a posição de Gadamer (1997) quanto à centralidade da conversação nos processos de compreensão, bem como os desenvolvimentos de Ricouer (1983) no que se refere à hermenêutica crítica.

Neste artigo, optou-se por fazer uma apresentação da análise crítica de discurso, por se entender que ela se constitui em uma importante vertente para a interpretação de textos, sempre em relação com seus contextos. Apesar de bastante disseminada no contexto europeu dos estudos organizacionais – como se explicará brevemente a seguir, sua disseminação no nosso contexto ainda é bastante restrita.

A ACD está presente nos estudos organizacionais pelo menos desde o início dos anos 90. Exemplos dessa presença é o artigo de Knights e Morgan (1991) sobre estratégia na prática de negócios a partir da análise de textos de arquivo. Com o passar do tempo algumas linhas de trabalho foram se estruturando, entre as quais cabe destacar duas. A primeira delas trata de temas relacionados à hegemonia neoliberal na cultura ocidental, incluindo aí análises sobre a economia do conhecimento (GRAHAM, 2002) e sobre a função ideológica do discurso gerencialista (CHIAPELLO e FAIRCLOUGH, 2002). A segunda trata de temas relacionados à identidade, com a preocupação de melhorar a vida das pessoas tornando transparentes as relações de poder que as oprimem e diminuem. Alguns exemplos de temas são: identidade e subjetividade dos trabalhadores (BECK, 1992; DUGAY, 1996; BECK e BECK-GERNSHEIM, 2002; LUKE, 2002); local de trabalho, considerando sistemas de significado no contexto da cultura organizacional (MUMBY, 1988; DEETZ e MUMBY, 1990; MUMBY e STOHL, 1991; DALE e BURRELL, 2000); tecnologias que pretendem a calculabilidade dos processos de gestão através da sua inscrição em relatórios, gráficos, desenhos e números (ROSE, 1992; ROSE, 1999); o sujeito como parte da engrenagem de controle corporativo (WILLMOTT, 1993; MILLER e O'LEARY, 1994; MILLER e ROSE, 1995; HASSARD, HOLLIDAY e WILLMOTT, 2000); corporalidade (COUPLAND e GWYN, 2003).

Um programa importante de pesquisa sobre discurso organizacional tem sido desenvolvido por Cynthia Hardy e colaboradores desde 1994, como parte de estudos críticos sobre colaboração interorganizacional. Entre alguns dos produtos deste programa de estudos se destacam: como as organizações do sistema de refugiados do Reino Unido se envolvem em estratégias discursivas para produzir as identidades dos refugiados e das próprias organizações (PHILLIPS e HARDY, 1997); a construção discursiva da colaboração entre servidores públicos no Canadá, através da construção de emoções, identidades e habilidades culturais (HARDY, LAWRENCE e PHILLIPS, 1998); como o discurso no nível societal constrói as identidades dos diferentes atores do sistema de refugiados canadense (HARDY e PHILLIPS, 1999); os recursos discursivos que constituem o campo organizacional da observação de baleias através da produção de temas, interesses e representações (LAWRENCE, PHILLIPS e HARDY, 1999); o discurso como um recurso estratégico em contextos particulares (HARDY, PALMER e PHILLIPS, 2000); a construção de identidades no contexto de mitos compartilhados, abordando controles normativos do comportamento no espaço do tratamento do HIV/AIDS no Canadá (MAGUIRE, PHILLIPS e HARDY, 2001); a colaboração interorganizacional como resultante de interações discursivas (HARDY, LAWRENCE e GRANT, 2005).

2. O CAMPO DOS ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO

O compromisso dessa vertente é a análise de relações estruturais ou opacas de dominação, discriminação, poder e controle, considerando suas manifestações na linguagem (WODAK, 2001). Os estudos críticos do discurso se vinculam ao projeto mais amplo de crítica do momento atual do capitalismo, por alguns chamado de globalização, economia global, economia ou sociedade do conhecimento, sociedade pós-industrial, entre outras generalizações que apontam para o surgimento de um tipo completamente novo de sociedade. Esses discursos compartilham a missão ideológica de demonstrar que essa tal nova formação social não obedece às leis do capitalismo clássico, entre elas a primazia da produção industrial e a luta de classes. Recusando essas generalizações, adota-se a denominação proposta por Mandel (1982): capitalismo tardio. Esse autor demonstra que estamos apenas em um estágio a mais do capitalismo: após o capitalismo de mercado e o estágio monopolista ou imperialista, chegamos ao momento do capital multinacional.

Essa sistematização em estágios não implica a adoção de uma leitura evolucionista, mas a concepção de que a contradição interna do capitalismo (a discordância constante entre produção e reprodução social) o impele a um desenvolvimento permanente.

O estado “normal” do capitalismo é o da revolução permanente de suas próprias condições de existência: desde o começo, o capitalismo “apodrece”, é marcado por uma contradição mutilante, pela discórdia, por uma falta de equilíbrio imaneente: é exatamente por isso que ele se modifica e se desenvolve sem parar – o desenvolvimento incessante é sua única maneira de resolver reiteradamente, de entrar em acordo com seu desequilíbrio fundamental e constitutivo, a “contradição”. Longe de ser restritivo, portanto, seu limite é o próprio impulso de seu

desenvolvimento. Nisso reside o paradoxo característico do capitalismo, seu último recurso: o capitalismo é capaz de transformar seu limite, sua própria impotência, na fonte de seu poder – quanto mais ele “apodrece”, quanto mais se agrava sua contradição imanente, mais ele tem que se revolucionar para viver. (ZIZEK, 1996, p.329)

Para Mandel (1982) a atual forma do capitalismo é a mais pura que já surgiu, incluindo a expansão não imaginada do capital para áreas antes fora de sua esfera. Jameson (1991), a partir dessas formulações, destaca que, ao contrário do que preconiza a vertente da sociedade pós-industrial, o estágio atual do capitalismo não é o resultado dos desenvolvimentos tecnológicos, pelo contrário, esses desenvolvimentos são decorrentes do processo de expansão do capital através do sistema mundo em sua etapa transnacional

[...] um dos aspectos fundamentais da análise de Marx sobre o capitalismo: o capital tem que de se expandir incessantemente, ele nunca pode considerar o trabalho concluído e relaxar com seus ganhos. O acúmulo do capital tem de ser ampliado, a taxa de produtividade constantemente aumentada, com todos os resultados bastante conhecidos de transformação perpétua, do entulho do atacado e novas construções, e similares (“tudo que é sólido...”). Mas o capitalismo é supostamente também contraditório e constantemente se vê em lugares nos quais enfrenta a lei da queda da taxa de lucro sob a forma da diminuição dos proventos, estagnação, rajadas improdutivas de especulação, e assim por diante. Uma vez que esses efeitos derivam em grande parte da superprodução e saturação de mercados disponíveis, Ernest Mandel sugeriu não só que o capital tende a se livrar disso através da inovação tecnológica que reabre esses mercados para produtos de tipos inteiramente novos, mas também que o sistema como um todo teve assim que se rejuvenescer em vários momentos de crise em sua carreira de duzentos anos. Cada um desses momentos de transmutação foi, portanto, marcado pela introdução de tipos radicalmente novos de tecnologia, mas também caracterizados por um alargamento convulsivo do sistema como um todo que de um só golpe amplia seu domínio, o que quer dizer a operação de sua lógica intrínseca e seus mecanismos internos, sobre áreas dramaticamente mais extensas do planeta. (JAMESON, 2004, p.79-80)

A linguagem e outros artefatos discursivos estão intrinsecamente ligados ao capitalismo tardio, sendo mais relevantes que nas etapas anteriores. A própria idéia da economia baseada no conhecimento, da sociedade da informação, induz à suposição de que conhecimentos mais ou menos valiosos são produzidos, trocados e consumidos como discursos. Ou seja, esse ciclo envolve, por um lado, a operacionalização de conhecimentos (discursos) como práticas sociais, como modos de agir e interagir; e, por outro, a inculcação de discursos como modos de produzir sentido sobre si mesmo e sobre o mundo, como modos de construção de identidades. Sendo assim, a crítica do capitalismo tardio estaria incompleta se não incluísse um elemento importante de crítica da linguagem. Aliás, isso pode ser dito sobre qualquer etapa do capitalismo, apenas que no momento presente a linguagem ganha um peso maior na sua constituição e reprodução (FAIRCLOUGH e GRAHAM, 2002).

As características do campo dos estudos críticos do discurso podem ser brevemente sintetizadas (adaptado de CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999) como sendo constituídas a partir de:

- a) um engajamento crítico com o mundo contemporâneo, reconhecendo que o estado atual não esgota o possível;
- b) buscar um conhecimento emancipatório, interessado em fluxos entre práticas teóricas e práticas sociais;
- c) engajar-se tanto na crítica de objetos intransitivos quanto de objetos transitivos (isto é, tanto de práticas quanto das teorias sobre as práticas), de modo dialético;
- d) um reconhecimento do discurso como um momento na dialética da prática social, e que mudanças no discurso podem constituir novos possíveis nas relações sociais;
- e) uma compreensão “modesta”, mas não relativista, do conhecimento verdadeiro como sendo um ganho epistêmico, onde o que conta é o poder explicativo em sua contribuição para práticas sociais;
- f) uma compreensão reflexiva do posicionamento histórico e político do pesquisador e de sua atividade.

Fairclough et al. (2004) sintetizam algumas características que ajudam a delimitar e a perceber a diversidade que se encontra nesse campo de estudos.

a) A análise de amostras de textos e falas pode ser feita em maior ou menor detalhamento, incluindo diversas modalidades: análise lingüística de vários tipos (lexical, gramatical, semântica), análise pragmática, análise de conversações e interações, análise de narrativas e argumentações, diversas abordagens de análise temática.

b) O termo 'discurso' é utilizado em uma variedade de sentidos: como um elemento ou momento do social (p. ex., campo social, ideologia, etc.), como um discurso particular (p. ex., discurso feminista, discurso gerencial, discurso do racismo, etc.), como situações particulares, especialmente na interação falada.

c) Até recentemente a 'análise de discurso' isolava textos e falas de temas sociais e contextos, bem como da pesquisa e teoria social que permitem abordá-los. Uma das bases da abordagem crítica dos estudos do discurso é que a análise dos textos e falas nunca é um fim em si mesmo. Discurso, em seu sentido mais abstrato, é um termo inerentemente relacionado a um momento do social e não tem qualquer sentido ou existência a não ser em relação com outros termos (sejam eles, de acordo com as teorias sociais escolhidas, instituições, habitus e campos, materialidade, etc.). Portanto, a análise de discurso é análise social com foco no contexto e momento do discurso.

d) O discurso não pode ser tratado como mera representação. Para isso a análise dos gêneros de discurso é indispensável.

e) Como um meio para a construção social dos significados, o discurso nunca é somente lingüístico. Ele opera em conjunto com elementos vocais e visuais, no contexto de espaços arquitetônicos plenos de significados, além da música e outros sinais extralingüísticos. A forma do discurso também está contida pelo meio no qual ele se move. Isto significa que é preciso estender os estudos críticos do discurso de modo a produzir abordagens sobre as tecnologias de comunicação, e sobre a importância de textos híbridos multimodais e hipertextos. Estes desdobramentos estão apenas começando.

f) Várias formas de crítica podem ser distinguidas na análise do discurso: crítica da ideologia - focalizando nos efeitos do discurso sobre estruturas sociais de poder; crítica da retórica - freqüentemente focalizando na manipulação como meio para a persuasão; crítica estratégica - sem desconsiderar as duas primeiras focaliza no discurso como uma parte das estratégias desenvolvidas por grupos ou atores sociais para produzir modificações ou preservações no contexto social.

3. ESTUDOS DO DISCURSO

O discurso é, hoje, uma categoria estabelecida na teoria e pesquisa social, sendo muito usual alguma forma de análise de discurso. No entanto, persistem algumas suspeitas, especialmente dirigidas para a fragilidade nas definições e métodos de análise, bem como para a redução da totalidade da vida social ao discurso – o que não deixaria espaço para análises do mundo material ou das estruturas sociais. Ainda que essas suspeitas façam sentido considerando o contexto da perspectiva pós-moderna, não se aplicam à perspectiva aqui utilizada que, como já foi explicitado, trata o discurso apenas como um dos elementos das relações sociais, sempre consideradas na sua materialidade e a partir de uma atitude crítica. No Quadro 1 se encontra uma síntese das principais áreas que constituem esse campo de estudos na atualidade. Trata-se apenas de um esforço de síntese. Na prática se encontra uma combinação entre áreas e métodos.

Com relação aos recursos para análise do material de pesquisa, uma diversidade de abordagens metodológicas encontra-se em prática, expressando uma das características desse campo de estudos – sua transdisciplinaridade. As três vertentes analíticas que dominam o campo, na atualidade, são a análise crítica de discurso (opção aqui adotada e sobre a qual se desenvolverá o restante desse texto), a análise de conversações e a psicologia discursiva.

Quadro 1: Principais abordagens no campo do estudo do discurso

| | |
|--------------------------------|---|
| Discurso como estrutura | <p>Sons e marcas visuais – focaliza em como a linguagem é utilizada quando se fala ou escreve, ouve ou lê discursos; examinam-se as estruturas desses sons no discurso falado, e examina-se como a pronúncia, ênfase, entonação, volume e outras propriedades contribuem para a produção de significados.</p> <p>Ordenamento e forma – decompõe o discurso nos seus vários níveis e dimensões. Seguindo a tradição da gramática lingüística se presta atenção na forma das frases, no ordenamento das palavras, frases ou expressões, ou em outras propriedades sintáticas. De modo diferente da tradicional lingüística, os analistas do discurso vão além dos limites das frases, abordando os modos como as sentenças são influenciadas pelas sentenças circundantes em textos e falas.</p> <p>Significado ou representações semânticas – estuda a produção de sentidos realizada</p> |
|--------------------------------|---|

| | |
|--|--|
| | <p>pelos usuários da linguagem, sendo um campo marcado pela psicologia e pela lingüística cognitiva.</p> <p>Estilo – aborda como a escolha de palavras específicas (p. ex.: lutadores ou rebeldes ou insurgentes ou terroristas) constituem um tipo de discurso, ou um grupo de pertencimento, posição ou opinião de quem produz o discurso.</p> <p>Retórica – estuda dispositivos de persuasão, estruturas presentes em todos os níveis do discurso que atraem atenção (p. ex.: repetições inesperadas, ordens inversas, estruturas incompletas ou mudanças de significados).</p> <p>Superestruturas ou esquemas estruturados – focaliza nos componentes convencionais ou categorias e regras que caracterizam uma determinada ordem de discurso.</p> |
| Discurso como ação e interação na sociedade | <p>Atos de discurso – focaliza na dimensão social do que fazemos quando produzimos uma afirmação significativa em algum contexto, isto é, na realização de um ato ilocucionário, tal como uma afirmativa, uma pergunta, uma promessa, uma ameaça ou uma congratulação. Estes atos de discurso precisam satisfazer um certo conjunto de condições que pertencem não somente à forma de expressão (palavras, sintaxe, etc.) ou ao significado, mas também ao seu contexto situacional – como as intenções, conhecimentos ou opiniões de quem profere o discurso. Esta forma de estudo está usualmente localizada em um campo comumente chamado de pragmática do discurso, que focaliza no estudo do uso da linguagem em um contexto sociocultural.</p> <p>Conversações – o estudo do discurso como interação trata com vários tipos de atos sociais no momento em que acontecem, em seu contexto social e cultural.</p> <p>Linguagem em uso – de modo diferente dos estudos de inspiração lingüística que tratavam da estrutura e das regras formais, aqui se avança para a consideração de como os participantes e os analistas do discurso produzem sentido a partir da linguagem.</p> |
| Cognição | <p>Considera que os participantes em interações discursivas compartilham mais do que as regras e a gramática. Para que o mútuo entendimento seja possível, os atores sociais também compartilham normas, valores e regras de comunicação, assim como representações sociais. Em adição à cognição individual, o discurso envolve a cognição sociocultural. O foco dos estudos é nos processos que são consciente ou inconscientemente aplicados pelos usuários da linguagem na produção ou entendimento de frases, tópicos ou histórias. Em uma abordagem interativa, a análise cognitiva do discurso enfatiza como os processos mentais são construtivos. A representação mental derivada da leitura de um texto, por exemplo, não é simplesmente a cópia do texto ou de seu significado, mas o resultado de processos de construção ou de produção de sentido que podem usar elementos do texto, do que os usuários da linguagem sabem sobre o contexto, bem como elementos de crenças que já existiam antes que a comunicação começasse.</p> |
| Discurso e sociedade | <p>Muitos dos estudos do discurso ocorrem em uma ou mais das áreas acima: forma, significado, interação e cognição. Entretanto, o contexto desempenha um papel fundamental. Apesar de não existir uma única concepção para definir ou incluir, na análise, o contexto, na atualidade não existem dúvidas quanto ao fato de que o contexto não apenas influencia o discurso, mas o discurso pode também definir ou mudar as características do contexto. Entre os estudos que enfatizam com maior determinação o contexto, encontram-se os estudos sobre gênero, etnicidade, cultura, análise do discurso social e análise crítica do discurso.</p> |

Fonte: VAN DIJK, 1998.

4. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Mesmo nas práticas da análise social do discurso é bastante usual que o analista procure se distanciar, ser objetivo, como demandam as normas ainda dominantes da prática acadêmica. Esse não é o caso daqueles que adotam a análise crítica do discurso (ACD). Pelo contrário, estes pesquisadores tornam suas posições políticas e sociais explícitas, tomam partido, participam ativamente de modo a desafiar a ordem dominante, focam em problemas sociais relevantes para esse desafio.

A ACD trata a linguagem como discurso, e o discurso como elemento do processo social dialeticamente interconectado com outros elementos. Ou seja, o discurso é o uso da linguagem como uma forma de prática social, e a análise do discurso é a análise de como os textos funcionam inseridos em práticas socioculturais (FAIRCLOUGH, 1999). A ACD tem como propósito mostrar como o capitalismo se constrói através de processos de dominação, exploração e desumanização; e

também como as contradições dentro do sistema constituem um potencial para o projeto de emancipação. A ACD vê os discursos como momentos na produção e reprodução material da vida social, e analisa o trabalho social feito por esses discursos como um foco importante da crítica social materialista (FAIRCLOUGH e GRAHAM, 2002). Portanto, trata-se de uma prática conectada às lutas de resistência e por mudanças.

Nesse sentido, trata-se de uma prática diretamente relacionada com a crítica da ideologia. Fairclough (1999, p.17) explicita como o tema da ideologia é incorporado na ACD: “construções e representações particulares do mundo são instrumentos (parcialmente discursivos) importantes na reprodução da dominação, demandando pesquisas e críticas”.

Uma influência importante na construção teórica da ACD vem da obra de Gramsci (1966). Para esse autor todos os seres humanos manifestam, em sua ação, uma concepção de mundo. Ideologia é a unidade resultante dessa concepção de mundo com normas de conduta adequadas a ela. Nesse sentido, transcende o conhecimento e se articula diretamente com a prática e a política. Gramsci (1966) fala em um complexo ideológico – correntes ou formações conflitantes, sobrepostas ou cruzadas, o que leva a análise a se dirigir para processos por meio dos quais os complexos ideológicos são estruturados e reestruturados, articulados e rearticulados.

Hegemonia é definida como “organização do consenso”, em oposição à dominação, que se expressa através da coerção. A hegemonia é sempre parcial e temporária, é intrinsecamente processual. O consenso é sempre provisório e depende de interações que são, por natureza, dinâmicas, dependentes de coalizões e de oposições que se rearticulam no fluxo de produção. Segundo Fairclough (2001, p.91) as hegemonias, em organizações e na sociedade, são produzidas e reproduzidas, contestadas e transformadas no discurso. “O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significados.” Como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as organizações coletivas; como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo e as diversas posições nas relações de poder. O discurso, enquanto prática política é não apenas um local de luta pelo poder, mas também um marco delimitador na luta de poder: a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares; as próprias convenções e os modos como se articulam são um foco de luta (Fairclough, 2001).

O discurso é sempre investido política e ideologicamente, podendo ser reinvestido de significados através de práticas que desarticulam e rearticulam novas ordens discursivas – novas hegemonias discursivas. A noção de ordem de discurso se origina em Foucault (2002) e é modificada por Fairclough (1999) para expressar a marca da história da prática social e cultural na sua faceta discursiva, o conjunto de práticas discursivas associadas com um campo social. A noção de ordem de discurso se articulam outras duas – linguagem e texto, como meio para abordar a relação entre eventos sociais, práticas sociais e estruturas sociais (FAIRCLOUGH, 2003a).

A relação entre o que é estruturalmente possível e o que realmente acontece, entre estruturas e eventos, é muito complexa. Eventos não são meramente efeitos de estruturas sociais abstratas. Sua relação é mediada por entidades organizacionais intermediárias: práticas sociais. As *práticas sociais* podem ser pensadas como modos de controlar a seleção de certas possibilidades estruturais e a exclusão de outras, e a retenção dessas seleções ao longo do tempo, em áreas particulares da vida social.

A *linguagem* (mais amplamente, a semiose, incluindo a significação e a comunicação através de imagens visuais, entre outras) é um elemento do social em todos os níveis. As linguagens podem ser consideradas como partes da estrutura social. Uma linguagem define um certo potencial, certas possibilidades, e exclui outras – certos modos de combinar elementos lingüísticos são possíveis, outros não são. No entanto, os textos, como elementos dos eventos sociais, não são simplesmente os efeitos dos potenciais definidos pela linguagem. Precisamos reconhecer, imediatamente, entidades organizacionais de um tipo lingüístico específico – os elementos lingüísticos de redes de práticas sociais: *ordens de discurso*. Uma ordem de discurso é uma rede de práticas sociais em seus aspectos lingüísticos. Os elementos de ordens de discurso não são coisas como substantivos ou frases (elementos das estruturas lingüísticas), mas discursos, gêneros e estilos. Esses elementos selecionam certas possibilidades definidas pela linguagem e excluem outras – eles controlam a variabilidade lingüística em áreas particulares da vida social. Assim, as ordens de discurso podem ser vistas como variantes lingüísticas da organização e do controle social. (FAIRCLOUGH, 2003a, p.23-24)

A ACD oferece, então, um modo de compreender as práticas sociais e organizacionais articulando as três dimensões que compõem as ordens de discurso (FAIRCLOUGH, 2003b):

- a) discursos - modos de representar o mundo a partir de perspectivas particulares;
- b) gêneros - modos de agir e interagir com outras pessoas, na fala ou escrita – neste caso modos socialmente reconhecíveis que efetivamente produzem, reproduzem ou contradizem tipos particulares de relações sociais;
- c) estilos – vozes – modos de identificação, construção ou representação de si mesmo, incluindo identidades sociais e organizacionais.

Essas dimensões só fazem sentido se considerarmos, de modo dialético, as relações entre eventos individuais concretos e práticas sociais relativamente duráveis e estáveis (aparentemente mais abstratas). Assim, textos e eventos desencadeiam, justapõem e negociam práticas, que são cumulativamente desenvolvidas, mantidas, modificadas e desafiadas por textos e eventos. Esta relação dialética é o motivo pelo qual textos e eventos não podem ser considerados simplesmente como representações de práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2003b).

As várias formulações de Foucault indicam a complexidade dentro de cada um dos três aspectos do significado (correspondendo aos três eixos de Foucault): a representação tem a ver com o conhecimento mas também com o controle; a ação tem a ver com relações com outros, mas também com a ação sobre os outros; a identificação tem a ver com relações consigo mesmo, com questões éticas, e com o sujeito moral. O que estas várias formulações indicam é a possibilidade de enriquecer nosso entendimento dos textos através da conexão desses três aspectos do significado com uma variedade de categorias das teorias sociais. [...] Em segundo lugar, apesar de que esses três aspectos possam ser distinguidos para fins analíticos e seja, para esse fim, diferentes um dos outros, eles não são discretos, nem totalmente separáveis. São, de um modo que Foucault não diria, dialeticamente relacionados, isto é, existe um sentido em que cada um 'internaliza' os outros. [...] Esquemáticamente: discursos (significados representacionais) realizados em gêneros (significados em ação), discursos (significados representacionais) inculcados em estilos (significados de identidade), ações e identidades (incluindo gêneros e estilos) representados em discursos (significados representacionais). (FAIRCLOUGH, 2003a, p. 29)

Assim, o foco da pesquisa no campo dos estudos críticos do discurso é no significado de textos e eventos discursivos em sua relação com outros textos e eventos discursivos, bem como com as práticas sociais inseridas em estruturas. Ou, nos termos do referencial aqui adotado, o foco é no significado de textos e eventos discursivos em sua relação com outros textos e eventos discursivos, bem como em sua relação com o processo de produção social que se realiza em campos de poder.

Nos itens que segue serão apresentados alguns dos diversos procedimentos analíticos que compõem a ACD. Nunca é demais repetir que a ênfase nos textos, que se encontra nesse item, é para fins de apresentação deste referencial, não fazendo qualquer sentido se for considerada de modo isolado do contexto, apenas como um instrumento metodológico de microanálise. O conteúdo que segue está organizado em três partes: análise de textos, análise de discursos e representações, análise de estilos e identidades.

4.1. ANÁLISE DE TEXTOS

Pode-se considerar, na ACD, relações externas aos textos e relações internas do texto. A análise das relações externas considera suas relações com as práticas e estruturas sociais. Um outro aspecto – a relação de um texto com outros textos – será abordado logo a seguir. No restante desse item são apresentados procedimentos analíticos relativos a relações internas do texto. Estas são tanto relações de presença quanto de ausência, já que são sempre representações de escolhas. Quando um texto inclui certas estruturas gramaticais, um certo vocabulário e certas relações semânticas, certos discursos ou gêneros, isto significa a decisão de não incluir outros que estavam disponíveis e eram possíveis, mas não foram selecionados.

4.1.A INTERTEXTUALIDADE E SUPOSIÇÕES

Em um sentido amplo, intertextualidade significa a presença de elementos de outro texto dentro de um texto: citações. Estas podem ser feitas por reprodução de palavras ou através de

sínteses. A intertextualidade revela como os textos se baseiam, incorporam, recontextualizam, dialogam com outros textos, bem como com aqueles que são deixados de fora. É particularmente interessante para a compreensão de como a construção do texto utiliza os repertórios socialmente disponíveis (FAIRCLOUGH, 2003a). Essa natureza dialógica dos textos retoma as formulações de Bakhtin (1986) sobre a diversidade da linguagem social – heteroglossia – e suas inter-relações sistemáticas.

O que interessa aqui é conectar a intertextualidade com a constituição de significados implícitos – suposições. Os textos sempre envolvem suposições, do mesmo modo que sempre se conectam com outros textos (com o mundo dos textos). No entanto, a suposição e a intertextualidade podem ser um recurso estratégico na construção de significados. Ambas podem ser vistas em termos de afirmações, por parte do autor, de que o está sendo dito foi realmente dito, que o que se supõe de fato foi dito ou escrito em outro lugar, que o interlocutor já ouviu ou leu em outro lugar. Tais afirmações podem ou não ser procedentes. Os autores podem se enganar ou, no caso da estratégia, produzir manipulações fazendo suposições implícitas (FAIRCLOUGH, 2003a).

Uma importante diferença entre intertextualidade e suposição é que a primeira abre espaço para diferenças, para trazer outras vozes para o texto, enquanto a suposição reduz as diferenças e toma o controle. Se tomarmos os textos como eventos sociais, podem-se diferenciar cinco possíveis cenários para a relação com outros textos (FAIRCLOUGH, 2003a):

- a) abertura, aceitação, reconhecimento da diferença, exploração da diferença, como um diálogo;
- b) acentuação da diferença, conflito, polêmica, luta por significados, normas e poder;
- c) tentativa de resolver e superar diferenças;
- d) suspensão das diferenças, foco na solidariedade e nos aspectos comuns;
- e) consenso, uma normalização e aceitação de diferenças de poder que suspendem ou suprimem diferenças de significados e normas.

Na opção mais dialógica as representações são explicitamente atribuídas a fontes, e se tenta incluir a variedade de vozes existentes. Uma opção menos dialógica opta por afirmativas modalizadas. Uma ainda menos dialógica realiza afirmativas categóricas. A menos dialógica de todas adota suposições.

Especificamente com relação à intertextualidade se deve sempre considerar a relação entre o registrado e o original (o texto reproduzido ou o evento relatado) e a relação entre o registrado e o restante do texto. Podem-se identificar quatro tipos de registro (FAIRCLOUGH, 2003a):

- a) registro direto – citação, reprodução das palavras originais em destaque do texto e com identificação de autoria;
- b) registro indireto – síntese do conteúdo do que foi dito ou escrito, não utilizando as palavras originais textuais;
- c) relato indireto livre – mais significativo no gênero literário;
- d) narrativa – é um tipo de ato de discurso que realiza um relato contextualizado de eventos.

Especificamente com relação às suposições, deve-se destacar que a possibilidade de produzir implicações é uma propriedade importante dos textos, e uma propriedade de grande importância social. “Todas as formas de camaradagem, de comunidade e solidariedade, dependem de significados compartilhados e naturalizados; nenhuma forma de comunicação ou interação é concebível sem a existência de bases comuns. Por outro lado, a capacidade de exercer poder social, dominação e hegemonia, inclui a capacidade de moldar, em algum grau, a natureza e conteúdo dessa base comum, que torna as implicações e suposições um importante tema com relação à ideologia.” (FAIRCLOUGH, 2003a, p.55). Os principais tipos de suposição são: existenciais (sobre o que existe), proposicionais (sobre o que é ou pode ser ou vai ser), valorativas (o que é bom e desejável).

O tema das implicações e suposições leva ao estudo da linguagem em relação aos seus usuários: a pragmática lingüística. O foco é nos significados no processo de comunicação, em oposição à lingüística semântica. A pragmática lingüística identifica quatro tipos de suposição (FAIRCLOUGH, 2003):

- a) pressuposições;
- b) implicações lógicas – significados implícitos que podem ser inferidos logicamente a partir da linguagem utilizada, p. ex., “tenho estado casada há 20 anos” implica que “ainda estou casada”;
- c) implicações conversacionais-padrão – significados implícitos que podem ser convencionalmente inferidos com base em suposições usuais da conversação e que incluem dar a informação requerida no contexto e não mais que isso (quantidade), tentar falar a verdade (qualidade), ser relevante (relevância), ser claro (modo);
- d) implicações conversacionais-não padrão – na anterior se toma como dado o que é suposto como conhecido ou acreditado; aqui se trata de evitar estrategicamente a explicitação, o

que se complica pela possibilidade de pretender, estrategicamente, que algo seja conhecido ou acreditado quando se tem razões para pensar que não (ex: numa carta de recomendações afirmar apenas que o candidato tem boa aparência e é pontual parece quebrar a máxima da quantidade e da relevância, mas o leitor pode inferir que o candidato não tem as qualificações ou qualidades requeridas, o que é suficientemente informativo e relevante).

4.1.B RELAÇÕES SEMÂNTICAS

As principais relações semânticas entre frases e trechos de frases são (FAIRCLOUGH, 2003a):

- a) **causais** – motivo (ex.: Estamos atrasados porque o trem atrasou), consequência (ex.: O trem estava atrasado, portanto chegamos tarde), objetivo (ex.: Saimos mais cedo para pegar o primeiro trem);
- b) **condicionais** – ex.: “Se o trem se atrasar chegaremos tarde.”;
- c) **temporais** – ex.: “Estávamos preocupados enquanto o trem estava atrasado.”;
- d) **aditivas** – ex.: “Que dia! O trem estava atrasado e o cachorro estava doente.”;
- e) **elaborativas** – incluem exemplificação. Ex.: “O trem estava atrasado – deveria chegar às 7:30 e chegou às 9:00.”;
- f) **contrastes e concessões** – ex.: “O trem estava atrasado, mas nós estávamos aqui na hora.”.

Além dessas relações semânticas se podem identificar relações mais globais, entre longos trechos de texto, ou mesmo no texto todo. Um exemplo comum é a relação “problema-solução”, muito utilizada na propaganda. Outro exemplo é a relação “objetivo-conquista”.

4.1.C RELAÇÕES GRAMATICAIS

Relações semânticas são realizadas utilizando-se recursos lexicais (palavras) e gramaticais (FAIRCLOUGH, 2003a):

- a) **conjunções**, indicando similitude ou coordenação (ex.: “Os pássaros estão cantando e os peixes estão pulando.”);
- b) **proposições**, indicando subordinação (ex.: “Os pássaros estão cantando porque o sol está brilhando.”);
- c) **inserções**, em que um trecho funciona como um elemento de outro (ex.: “O homem que veio para o jantar.”).

Exemplo:

Os trabalhadores do turno da noite tiveram que ser evacuados quando(b) o incêndio começou, na noite de quarta-feira. Quatro bombeiros compareceram para o atendimento e(a) um bombeiro usando equipamento de oxigênio(c) enfrentou as chamas que tinham começado quando(b) o gás do fogão vazou. O incêndio provocou dano no refeitório e(a) no vestiário.

Além dessas relações gramaticais, no interior da frase, existem diversos marcadores de relação entre frases (FAIRCLOUGH, 2003a):

- a) relações de referência – os artigos definidos (o, a, os, as), os pronomes demonstrativos (esse, essa, este, esta, aquele, aquela), e os pronomes pessoais são marcadores de referência a outras frases ou a frases próximas;
- b) relações lexicais – padrões previsíveis de co-ocorrência entre palavras (ex: “A criança vai ser pesada de modo que seu ganho de peso subsequente possa ser avaliado.”) formam cadeias lexicais ao longo do texto;
- c) relações conjuntivas entre frases são marcadas por proposições (ex: mas) ou conectores de frases (ex: entretanto no início da frase).

4.1.D LÓGICA EXPLICATIVA X LÓGICA DESCRITIVA

Em termos de texto a descrição consiste principalmente de afirmações de fato, com alguns elementos normativos (FAIRCLOUGH, 2003a, p.95). A forma semântica dominante é a aditiva; a forma gramatical é a da conjunção (raramente subordinação).

Exemplo de lógica descritiva:

Estamos em uma nova era – a era da informação e da competição global (elaboração). Certos modos antigos e familiares de fazer as coisas estão desaparecendo (adição). Os tipos de trabalho que fazemos estão mudando (adição), assim como as indústrias em que trabalhamos e as habilidades de que precisamos (adição). Ao mesmo tempo, novas oportunidades estão se abrindo (adição) ao vermos o potencial das novas tecnologias para mudar nossas vidas para melhor (adição e consequência). Não temos escolha, a não ser nos prepararmos para essa nova era em que a chave do sucesso será a educação contínua e o desenvolvimento da mente e da imaginação (normatividade).

Muitos textos políticos da atualidade mostram a tendência de preferir a lógica descritiva e uma lógica de aparências, em vez da lógica explicativa. Uma análise socioeconômica da ‘nova era’ demandaria explicação, causalidade e argumentação. Sem análise não pode haver efetiva compreensão da ‘nova era’, bem como não pode haver sentido na sua contingência – como a mudança em um nível pode produzir diferentes possibilidades. As análises também introduzem um sentido temporal, de relação entre mudanças como processos relacionados. Estes aspectos estão ausentes no exemplo acima, assim como em muitos textos políticos contemporâneos. Muitos desses textos podem ser vistos como limitadores das opções políticas, ao apresentar a ordem socioeconômica como simplesmente dada, inquestionável e inevitável, como um horizonte que não pode ser tocado pela política, essencial e não contingente, sem perspectiva de tempo. Os textos parecem promocionais, em vez de analíticos, preocupados em persuadir que essas são as únicas alternativas possíveis. Esta forma de texto pode ser chamada de ‘relato exortatório’: descrições com intenções prescritivas encobertas, dirigidas para fazer com que as pessoas ajam de determinadas maneiras com base em representações. O relato exortativo é um gênero contemporâneo muito comum, não somente no espaço da formação de políticas governamentais, mas também na literatura dos gurus do gerencialismo, que produzem relatos sobre as transformações na economia, na sociedade e nos negócios, ao mesmo tempo em que fazem exortações para que os administradores transformem suas práticas. (FAIRCLOUGH, 2003a, p.95)

4.1.E LEGITIMAÇÃO

De acordo com Van Leeuwen e Wodak (1999) existem quatro estratégias mais usuais de legitimação:

- a) **autorização** – referência à autoridade da tradição, dos costumes, da lei, do cargo, da instituição, etc.;
- b) **racionalização** – referência à utilidade da ação institucionalizada e ao conhecimento acumulado pela sociedade para conferir validade cognitiva;
- c) **avaliação moral** – referência a sistemas de valores;
- d) **mitopoesi** – narrativa convincente.

4.1.F LÓGICA DA EQUIVALÊNCIA X LÓGICA DA DIFERENÇA

A lógica da equivalência se expressa através de relações semânticas de adição e elaboração; enquanto a lógica da diferença se expressa através de relações semânticas de contraste. Utilizar a lógica da equivalência ajuda a construir a aparência de naturalização, através da repetição de relações de significados, ao mesmo tempo em que exclui construções alternativas (FAIRCLOUGH, 2003a).

4.1.G TOM GRAMATICAL

As funções do discurso estão relacionadas com o tom gramatical, com a distinção entre os principais tipos de frases: declarativa, interrogativa fechada (opção sim ou não), interrogativa aberta, imperativa (FAIRCLOUGH, 2003a).

4.2 ANÁLISE DE DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES

A identificação e a análise de discursos são muito influenciadas pelas formulações de Foucault (1997) em sua distinção entre discurso como um espaço geral de todas as afirmações, discurso como um grupo individualizado de afirmações, e discurso como uma prática regulada de um certo conjunto de afirmações (formações discursivas). Assim, a análise de discursos se refere a formações discursivas, a grupos de afirmações ou a práticas reguladas – as regras que regulam tal grupo de afirmações.

Discursos são modos de representar aspectos do mundo: processos, relações e estruturas, bem como pensamentos, crenças, percepções. Aspectos particulares do mundo podem ser representados de modo diferente, por isso a necessidade de considerar a relação entre diferentes discursos. Esses diferentes discursos representam diferentes relações que as pessoas têm com o mundo, e dependem de suas posições (em campos de poder), de suas identidades sociais e pessoais, e das relações sociais em que estão envolvidas. Os discursos não apenas representam o mundo, também são projetivos, imaginários, representam possíveis mundos não existentes, produzem projetos para mudar o mundo existente em diferentes direções. As relações entre diferentes discursos são um elemento das relações entre diferentes pessoas ou coletivos – podem ser complementares, competir entre si, dominar, etc. Os discursos constituem parte dos recursos que os atores sociais empregam na sua relação com os outros – para se manterem afastados, para cooperarem, competirem, dominarem – e para mudarem os modos como se relacionam (FAIRCLOUGH, 2003a).

O procedimento para identificar discursos em um texto inclui: identificar as principais partes do mundo (incluindo áreas da vida social) que são representadas – os temas principais; identificar as perspectivas ou ângulos ou pontos de vista a partir dos quais são representados. Os discursos podem ser distinguidos pelos modos de representação, e pela relação com outros eventos sociais.

A distinção mais óbvia de um discurso decorre de aspectos do vocabulário. No entanto, em vez de focalizar de modo atomizado em diferentes formas de verbalizar os mesmos aspectos do mundo, é mais interessante focalizar em como diferentes discursos estruturam o mundo de modo diferente através de relações semânticas ao longo do texto. Formas usuais incluem esquemas classificatórios pré-construídos, sistemas de classificações naturalizados, que são ignorados como sendo pré-construções, e funcionam, portanto, como instrumentos anônimos de construção. Quando diferentes discursos entram em conflito o que é centralmente contestado é o poder desses sistemas semânticos pré-construídos de gerar visões particulares do mundo, que podem ter um poder performativo para sustentar ou transformar o mundo à sua imagem (BOURDIEU e WACQUANT, 1992).

Os vocabulários associados a diferentes discursos em um campo de poder podem ser parcialmente diferentes, mas vão se sobrepor significativamente. Diferentes discursos podem usar as mesmas palavras, mas com significados diferentes, representando diferentes conceitos sobre o mesmo fenômeno ou objeto. Um modo de encontrar essas diferenças é através de colocações, padrões de co-ocorrência no texto, observando que palavras mais freqüentemente precedem ou seguem (ainda que não imediatamente) qualquer palavra que esteja em consideração.

Uma outra forma de analisar discursos inclui considerar as representações como recontextualização: ao representar um evento social, ele é incorporado no contexto de outro evento. Os princípios que orientam a recontextualização são (FAIRCLOUGH, 2003a):

- a) **presença** – elementos do evento que estão presentes ou ausentes, quais são destacados, quais ficam como pano de fundo;
- b) **abstração** – grau de abstração e generalização no tratamento de um evento concreto;
- c) **arranjo** – como os eventos são ordenados;
- d) **adição** – o que é acrescentado na representação do evento, explicações, letigimações (motivos, causas, propósitos), avaliações, etc.

Os discursos também se diferenciam através de metáforas, tanto no sentido usual de palavras que geralmente representam uma parte do mundo sendo estendidas para outro, como no sentido gramatical, em que processos são representados como coisas (ex.: O mercado está nervoso). Pressuposições podem ser também vinculadas a discursos particulares. Outra estratégia é a nominalização, que envolve a perda de certos elementos semânticos através do uso da voz passiva (ex.: “Alguém destruiu algo” se torna “algo foi destruído”, “é destruído”, “vai ser destruído”) e da exclusão dos participantes do evento.

A representação de atores sociais inclui as seguintes formas (FAIRCLOUGH, 2003a):

- a) **inclusão ou exclusão**;
- b) **pronome ou substantivo**;
- c) **papel gramatical** – participante na frase, dentro de uma circunstância ou de modo passivo;
- d) **ativo ou afetado pelo processo**;
- e) **pessoal ou impessoal**;

f) nomeado ou classificado;

g) específico ou genérico.

No Quadro 2 se encontra uma sistematização, feita por Misoczky (2000) a partir da análise realizada por Fairclough (2000) do discurso do novo trabalhismo britânico.

Quadro 2: Categorias para realizar a análise crítica de discursos

| | |
|---------------|--|
| Antítese | Estabelece contrastes e cria diferenças, frequentemente marcados por um movimento do positivo para o negativo, ou vice-versa – "x não y"; "envolve todas as pessoas, e não apenas algumas"; "não se refere à cidadania, mas à pobreza", p. ex. |
| Equivalência | Reduz diferenças, utilizando listas ou substituições, como se fossem sinônimos. |
| Colocação | Co-ocorrências entre palavras em um texto. Podem ser identificadas pela frequência com que um adjetivo é utilizado para modificar um substantivo ("novo universalismo", p. ex.) ou pela relação usual entre uma condição e o verbo sobre a qual expressa a ação ("combater ou prevenir ou aliviar a pobreza", p. ex.). |
| Metáfora | A escolha da metáfora pode ser socialmente significativa – "O mercado está nervoso" é um exemplo conhecido de todos, que confere a uma reificação propriedades humanas. |
| Modalidade | Expressa nível de compromisso e pode ser de dois tipos – pretensão de verdade ("Não existe futuro fora da globalização", p. ex.) ou obrigação ("Não podem ocorrer relações comerciais fora dos tratados de comércio", p. ex.). |
| Tom | Declarativo, interrogativo ou imperativo. |
| Nominalização | Apresenta um processo como um nome ("A mudança é inevitável", p. ex.), tornando-o genérico e vago (o que está mudando, de que modo, em que período de tempo, quem promove a mudança?). |
| Voz passiva | Omite os atores, podendo-se fazê-lo por vários motivos: talvez seja óbvio, talvez seja um modo de ofuscar a agência e a responsabilidade. |
| Pressuposição | De modo implícito toma as coisas como dadas. Algumas vezes a pressuposição é mero senso comum. Em outras, no entanto, é altamente questionável ("A flexibilização das relações de trabalho é uma exigência do mercado", pressupõe que o mercado coloca uma exigência e que o mercado possui existência própria, p. ex.). |

Fonte: MISOCZKY, 2002, p.21

4.3 ANÁLISE DE ESTILOS E IDENTIDADES

Estilos podem ser identificados principalmente em discursos e em gêneros de discurso. Esse conceito se refere aos dispositivos de comunicação sociohistoricamente definidos: os fatos diversos, o editorial, a consulta médica, o interrogatório policial, a aula, os pequenos anúncios, o artigo acadêmico, etc. Alguns limitantes, para circunscrever um gênero, incluem: a posição dos enunciadorees e co-enunciadores, as circunstâncias temporais e espaciais da enunciação, o suporte e os modos de difusão, os temas que podem ser tratados, a extensão e modo de organização, entre outros. O suporte tem um papel fundamental na emergência e estabilização de um gênero. Pode-se tentar isolar as regras de um gênero (p. ex., o artigo científico) independentemente das formações discursivas; pode-se também considerar de que modo tal ou qual formação discursiva investe, autoriza, um gênero. Cada formação discursiva se caracteriza pelo investimento de certos gêneros às custas de outros (MAINGUENEAU, 2000). O gênero tem uma incidência decisiva sobre a interpretação dos enunciados. Segundo Bakhtin (1986) não se pode interpretar o enunciado se não se sabe com qual gênero relacioná-lo.

Já com relação aos estilos, estes se referem ao modo como diferentes pessoas investem o discurso a partir de suas identidades e posições nos campos de poder.

Uma parte importante da análise de estilos e identidades se refere à modalidade e à avaliação. A primeira se refere ao compromisso assumido pelas pessoas ao fazerem declarações. De acordo com Halliday (1985) a modalidade significa que quem realiza o discurso realizou julgamentos das probabilidades ou obrigações envolvidas no que ele declara. A modalidade envolve os vários modos em que atitudes podem ser expressas assinalando graus de certeza ou dúvida, idéias vagas, possibilidades, necessidades, permissão ou obrigação. Hodge e Kress (1988) se referem à posição que quem fala ou escreve adota com relação a representações, seu grau de afinidade com as mesmas. Todas essas formulações concebem a modalidade com uma relação entre quem profere o discurso, o autor e as representações.

A modalidade se liga a tipos de troca e a funções do discurso (FAIRCLOUGH, 2003a):

a) **troca de conhecimento** (modalidade epistêmica) – expressa o compromisso do autor com o que declara, questões para questionar o compromisso do outro com as afirmações que realiza;

b) **troca de atividade** (modalidade deôntica) – expressa o compromisso do autor com obrigações ou necessidades, em demandas do tipo prescritivo (ex.: “Abra a janela!”), modalizada (ex.: “Você deve abrir a janela.”) e proscritiva (ex.: “Não abra a janela!”), ou em ofertas do tipo oferecimento (ex.: “Eu vou abrir a janela.”), modalizada (ex.: “Eu posso abrir a janela.”) e recusa (ex.: “Não vou abrir a janela.”).

A avaliação expressa os valores aos quais o autor se vincula. Podem ser expressos com afirmações avaliativas, avaliações com modalidades deônticas, afirmações com processos mentais afetivos, ou como suposição de valores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi dito na introdução, o propósito deste texto é bastante modesto, restringindo-se a uma mera apresentação de um referencial que vem sendo utilizado e que tem-se mostrado com grande potencialidade. No nosso programa de estudos temos exercitado o potencial desta abordagem na análise do processo de formação de políticas públicas, como se pode perceber por alguns dos estudos que mencionamos como exemplos: análise da configuração do campo da atenção à saúde a partir da produção social da definição dos conceitos que o organizam (MISOCZKY, 2002); as estratégias discursivas que levam à reconfiguração do campo das agências internacionais de saúde em torno do Banco Mundial (MISOCZKY, 2003); as estratégias discursivas presentes na origem do referencial do desenvolvimento sustentável (OLIVO e MISOCZKY, 2003); a construção simbólica da definição de ‘governar’ e de ‘governador’ realizada pelo jornal Zero Hora em processos eleitorais no Rio Grande do Sul (MISOCZKY e FERREIRA, 2005).

Acredita-se que este referencial contém inúmeras possibilidades para apoiar a compreensão de processos de estruturação e institucionalização, bem como para trabalhar os temas da construção simbólica de identidades e de posições dos sujeitos em campos de poder.

REFERÊNCIAS

-
- BAKHTIN, Mikhail M. *Speech genres and other late essays*. Austin: University of Texas Press, 1986.
- BECK, Ulrich. *Risk society: towards a new modernity*. London: Sage, 1992.
- BECK, Ulrich; HECK-GERNSHEIEM, E. *Individualization: institutionalized individualism and its social and political consequences*. London: Sage, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *The state nobility: elite schools in the field of power*. Stanford: Stanford University Press, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. (1ª edição, em francês, 1977)
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic J. D. *The purpose of reflexive sociology (The Chicago Workshop)*. In: BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic J. D. (Eds.) *An invitation to reflexive sociology*. Chicago: Chicago University Press, 1992. p.61-216
- CHIAPELLO, Eve; FAIRCLOUGH, Norman. *Understanding new management ideology: a transdisciplinary contribution from critical discourse analysis and new sociology of capitalism*. *Discourse and Society*, v.13, n.2, p.185-208, 2002.
- COUPLAND, Justine; GWYN, Richard (Eds.) *Discourse, the body and identity*. Houndsmill: Palgrave Macmillan, 2003.
- CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- DALE, Karen; BURRELL, Gibson. *What shape are we in? Organization theory and the organized body*. In: HASSARD, John; HOLLIDAY, Ruth; WILLMOTT, Hugh. (Eds.) *Body and organization*. London: Sage, 2000. p.47-68
- DEETZ, Stan; MUMBY, Dennis. *Power, discourse and the workplace*. In: ANDERSON, J. (Ed.) *Communication Yearbook 13*. Newbury Park: Sage, 1990. p.18-47
- DUGAY, Paul. *Consumption and identity at work*. London: Sage, 1996.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Critical discourse analysis: the critical study of language*. London: Longman, 1999.

- FAIRCLOUGH, Norman. *New labour, new language*. London: Routledge, 2000.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003a.
- FAIRCLOUGH, Norman. 'Political correctness': the politics of culture and language. *Discourse & Society*, London, v.14, n.1, p.17-28, 2003b.
- FAIRCLOUGH, Norman et al. Introduction. *Critical Discourse Studies*, v.1, n.1, p.1-7, 2004.
- FAIRCLOUGH, Norman; GRAHAM, Phil. Marx as a critical discourse analyst: the genesis of a critical method and its relevance to the critique of global capitalism. *Estudios de Socio-lingüística*, Madrid, n.3, p.185-229, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *El orden del discurso*. Barcelona: Fabula Tusquets Editores, 2002. (1ª ed., em francês, 1970)
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 3ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.
- GRAHAM, Phil. Hypercapitalism: new media, language and social perception of value. *Discourse and Society*, v.13, n.2, p.227-249, 2002.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1996.
- HALLIDAY, M.A.K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- HARDY, Cynthia; LAWRENCE, Thomas; PHILLIPS, Nelson. Talking action: conversations, narratives and action in interorganizational collaboration. In: GRANT, David; KEENOY, T.; OSWICK, C. (Eds.) *Discourse and Organization*. London: Sage, 1998. p.65-83
- HARDY, Cynthia; PHILLIPS, Nelson. No joking matter: discursive struggle in the Canadian Refugee System. *Organization Studies*, v.20, n.1, p.1-24, 1999.
- HARDY, Cynthia; PALMER, Ian; PHILLIPS, Nelson. Discourse as a strategic resource. *Human Relations*, v.53, n.9, p.1227-1247, 2000.
- HARDY, Cynthia; LAWRENCE, Thomas, GRANT, David. Discourse and collaboration: the role of conversations and collective identity. *Academy of Management Review*, v.30, n.1, p.1-20, 2005.
- HODGE, Robert; KRESS, Gunther. *Social semiotics*. New York: Cornell University Press, 1988.
- JAMESON, Frederic. *Postmodernism, or the cultural logic of later capitalism*. Durham: Duke University Press, 1991.
- JAMESON, Frederic. *Espaço e imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.
- KNIGHTS, David ; MORGAN, Gareth. Strategic discourse and subjectivity: towards a critical analysis of corporate strategy in organizations. *Organization Studies*, v.12, n.3, p.293-316, 1991.
- LAWRENCE, Thomas; PHILLIPS, Nelson; HARDY, Cynthia. Watching whale-watching ? exploring the discursive foundations of collaborative relationships. *Journal of Applied Behavioural Science*, v.35, n.4, p.479-502, 1999.
- LUKE, Allan. Beyond science and ideology critique: developments in critical discourse analysis. *Annual Review of Applied Linguistics*, v.22, p.26-110, 2002.
- MAGUIRE, S.; PHILLIPS, Nelson ; HARDY, Cynthia. When 'Silence = Death', keep talking : trust, control and the discursive construction of identity in the Canadian HIV/AIDS treatment domain. *Organization Studies*, v.22, n.2, p.287-312, 2001.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise de discurso*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MATUS, Carlos. *Adeus Senhor Presidente*. São Paulo: FUNDAP, 1996.

- MILLER, Peter; O'LEARY, Ted. Governing the calculable person. In HOPWOOD, A. G. (Ed.) Accounting as social and institutional practice. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. p.98-115
- MILLER, Peter; ROSE, N. Production, identity and democracy. *Theory and Society*, v.24, p.427-467, 1995.
- MISOCZKY, Maria Ceci. O campo da atenção à saúde após a Constituição de 1988: uma narrativa de sua produção social. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2002.
- MISOCZKY, Maria Ceci. O Banco Mundial e a reconfiguração do campo das agências internacionais de saúde: uma análise multiparadigmática. *Revista de Administração Pública*, v.37, n.1, p.75-97, 2003.
- MISOCZKY, Maria Ceci; FERREIRA, Carolina. A construção simbólica da definição de governar e de governador realizada pelo jornal Zero Hora nas três últimas eleições gaúchas. Relatório de pesquisa apresentado à FAPERGS, maio de 2005.
- MUMBY, Dennis K. Communication and power in organization. New York: Academic Press, 1988.
- MUMBY, Dennis K.; STOHL, C.; Power and discourse in organization studies: absence and the dialectic of control. *Discourse and Society*, v.2, p.313-332, 1991.
- OLIVO, Vânia; MISOCZKY, Maria Ceci. As estratégias discursivas presentes na origem do referencial para o desenvolvimento sustentável: uma análise crítica do Relatório de Brundtland. *Anais do ENANPAD – Área Políticas Públicas*, 2003.
- PHILLIPS, Nelson; HARDY, Cynthia. Managing multiple identities: discourse, legitimacy and resources in the UK Refugee System. *Organization*, v.4, n.2, p.159-185, 1997.
- RICOEUR, Paul. Interpretação e ideologia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- ROSE, Nikolas. Governing the enterprising self. In: HEELAS, P.; MORRIS, P. (Eds.) *The values of the enterprise culture: the moral debate*. London: Routledge, 1992.
- ROSE, Nikolas; MILLER, Peter. Political power beyond the state: problematics of government. *British Journal of Sociology*, v.43, p.173-205, 1992.
- VAN DIJK, Teun. Principles of critical discourse analysis. *Discourse & Society*, London, n.4, p.249-283, 1993.
- VAN DIJK, Teun. The study of discourse. In: VAN DIJK, Teun (Ed.) *Discourse as structure and process*. London: Sage, 1998. Vol. I. p.1-34
- VAN LEEUWEN, T.; WODAK, Ruth. Legitimizing immigration control: a discourse-historical analysis. *Discourse Studies*, London, v.1, n.1, p.83-118, 1999.
- ZIZEK, Slavoj. The sublime object of ideology. New York: Verso, 1989.
- ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, Slavoj. (Org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p.7-38
- WILLMOTT, Hugh. Strength is ignorance; slavery is freedom: managing culture in modern organization. *Journal of Management Studies*, v.30, p.515-552, 1993.
- WODAK, Ruth. What CDA is about – a summary of its history, important concepts and its analysis. In: WODAK, Ruth; MEYER, M. (Eds.) *Methods of critical discourse analysis*. London: Sage, 2001. p.1-13

Maria Ceci Misoczky

Doutorado em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.

Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.

E-mail: mcaraujo@ea.ufrgs.br

Telefone: (51) 33163086

Rua Washinton Luiz, 855. Apt. 427. Centro, Porto Alegre-RS. CEP: 90010-460